

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.498.410 - RJ (2019/0129451-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR : ERICK RIBEIRO MAUES PAIXAO E OUTRO(S) - RJ101547
AGRAVADO : FATIMA DE LOURDES LEAL MACHADO
AGRAVADO : ELZA ALVES DE OLIVEIRA
AGRAVADO : FRANCISCA NELMA DO PRADO GOMES
ADVOGADOS : DÁRIO ROCHA FRAGA E OUTRO(S) - RJ171716
GUILHERME ARAUJO MARTINS - RJ172270

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por ESTADO DO RIO DE JANEIRO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, assim resumido:

APELAÇÃO CIVEL/REEXAME NECESSÁRIO. SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. PEDIDO AUTORAL DE IMPLEMENTAÇÃO IMEDIATA DOS 24% EM SEUS VENCIMENTOS, BEM COMO PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS SALARIAIS RELATIVAS AO CITADO PERCENTUAL. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARCIAL, MANTIDA EM SEDE DE APELO DO ESTADO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, REJEITADOS. ACÓRDÃO ANULADO PELO STJ, RETORNANDO A ESTE ÓRGÃO JULGADOR PARA NOVO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DIVERGÊNCIA DO JULGADO RECORRIDO COM ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, ARE 90.937: "(...) LEI Nº 1.206/1987. ISONOMIA. REPERCUSSÃO GERAL. REAFIRMAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. NÃO É DEVIDA A EXTENSÃO, POR VIA JUDICIAL, DO REAJUSTE CONCEDIDO PELA LEI N. 1.206/1987 AOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DISPENSANDO-SE A DEVOLUÇÃO DAS VERBAS RECEBIDAS ATÉ 012.09.2016". SUMULA 37 STF. EFICÁCIA VINCULATIVA. APLICAÇÃO DE EFEITOS INFRINGENTES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PELO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PARA, ACOLHENDO-OS PARCIALMENTE, RECONHECER A PERDA DE OBJETO EM RELAÇÃO AO PEDIDO PRINCIPAL, UMA VEZ QUE O REAJUSTE CONCEDIDO ADMINISTRATIVAMENTE JÁ FOI INTEGRALMENTE IMPLEMENTADO, E JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO AUTORAL DE PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS PLEITEADAS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. 1 - Reside a controvérsia quanto à análise

da legalidade da extensão de reajuste remuneratório no percentual de 24%, com fundamento na Lei nº 1.206/87, aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro; 2 - Relação jurídica de trato sucessivo, portanto a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação, tal como preceitua a regra do artigo 1º do Decreto nº. 20.910/1932. Inexistência de prescrição de fundo de direito. Súmula nº 85 do STJ; 3 - Reajuste remuneratório concedido pela Lei nº 1.206/87 ao funcionalismo público estadual, em razão da perda do poder aquisitivo da moeda, não estendido, à época, ao Poder Judiciário. Reconhecimento do direito em processo administrativo nº 2010-259214, assegurando a concessão do reajuste no percentual de 24%, porém de forma parcelada. Pretensão de extensão do reajuste concedido por força da Lei nº 1.206/87, de uma só vez, a todos os servidores do Poder Judiciário, que fariam jus às diferenças remuneratórias correspondentes aos cinco anos anteriores à propositura da presente demanda, sob a alegação de grave violação ao princípio da isonomia; 4 - A questão nodal para o deslinde da controvérsia residiria justamente no alcance do princípio da isonomia em sede de ações judiciais remuneratórias movidas por servidores públicos. Hipótese dos autos vai em contramão ao entendimento do Pretório Excelso, que resultou na edição da Súmula Vinculante nº 37: "Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia"; 5 - Reconhecimento da repercussão geral sobre o tema quando do julgamento ARE 909437/RG, de relatoria do Ministro Roberto Barroso, assentando-se a seguinte tese "Não é devida a extensão, por via judicial, do reajuste concedido pela Lei nº 1.206/1987 aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, dispensando-se a devolução das verbas recebidas até 01º.09.2016 (data da conclusão deste julgamento)"; 6 -Por força do art. 927, incisos II e III do CPC de 2015, impõe-se a observância da força vinculativa da tese firmada pela Corte Constitucional em sede de repercussão geral. Afasta-se, por consequência, a aplicação da Súmula nº 300 desta e. Corte, que fixava entendimento diametralmente oposto, uma vez que a concessão do aumento de vencimento, com base no princípio da isonomia, importaria em flagrante violação ao princípio da separação dos poderes, na medida em que não teria do Poder Judiciário função legislativa; 7 - Perda de objeto em relação ao pedido principal, uma vez que o reajuste concedido administrativamente já foi integralmente implementado. Parcial provimento do recurso do Réu para excluir da condenação o pagamento das diferenças pleiteadas em razão da concessão do reajuste de forma parcelada, resguardando-se, em todo caso, as parcelas eventualmente já percebidas em razão do princípio da segurança jurídica. APLICAÇÃO DE EFEITOS INFRINGENTES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PELO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NO INDEX Nº 366, PARA, ACOLHENDO-OS PARCIALMENTE, RECONHECER A PERDA DO OBJETO EM RELAÇÃO AO PEDIDO PRINCIPAL, UMA VEZ QUE O REAJUSTE CONCEDIDO ADMINISTRATIVAMENTE JÁ FOI INTEGRALMENTE IMPLEMENTADO E PARA JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO AUTORAL DE PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS PLEITEADAS, RECONHECENDO-SE A SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA, COM O RATEIO DAS DESPESAS PROCESSUAIS E A COMPENSAÇÃO DOS HONORÁRIOS

ADVOCATÍCIOS.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea *a* do permissivo constitucional, alega violação do art. 87, § 1º, do CPC, no que concerne à necessidade de individualização da responsabilidade pelo pagamento dos honorários advocatícios, e traz o(s) seguinte(s) argumento(s):

Derradeiramente, faz-se necessária a individualização da responsabilidade pelo pagamento dos honorários advocatícios, tal como o previsto no artigo 87, § 1º, do digesto adjetivo civil atual. (fls. 591).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea *a* do permissivo constitucional, alega violação do art. 85, *caput*, do CPC, no que concerne à impossibilidade de sucumbência recíproca, e traz o(s) seguinte(s) argumento(s):

Outrossim, não há que se cogitar da aplicação de um suposto princípio da não -surpresa, haja vista que não existe qualquer norma que permita a exclusão da verba honorária na presente hipótese, na qual, repita-se, o Pretório Excelso decidiu que as pretensões (quer consistam na majoração de vencimentos, quer no pagamento de diferenças remuneratórias que seriam daí decorrentes) eram, desde sempre, incompatíveis com a Carta Magna. (fls. 590).

Quanto à terceira controvérsia, pela alínea *a* do permissivo constitucional, alega violação do art. 488 do CPC, no que concerne à necessidade de apreciação do mérito da pretensão de majoração de vencimentos, e traz o(s) seguinte(s) argumento(s):

Em prosseguimento ao que se afirmou no parágrafo anterior, constata-se que o v. acórdão também negou vigência ao artigo 488, do digesto adjetivo civil, na medida em que deveria ter apreciado o mérito da pretensão de majoração de vencimentos, julgando-a improcedente em virtude da decisão do Supremo Tribunal Federal em sede de repercussão geral no agravo em recurso extraordinário nº 909.437. (fls. 590).

Quanto à quarta controvérsia, pela alínea *a* do permissivo constitucional, alega violação do art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/73, no que concerne à legislação aplicável ao caso concreto, e traz o(s) seguinte(s) argumento(s):

Tratando-se de sentença publicada à época em que ainda vigia a lei de ritos de 1973, os honorários advocatícios deveriam ter sido fixados na forma do seu artigo 20, §§3º e 4º, e em conformidade com o enunciado administrativo nº 07, do Egrégio Superior Tribunal de Justiça. (fls. 590).

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira e à quarta controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente não demonstra, de forma direta, clara e particularizada, como o acórdão recorrido violou cada um dos dispositivos de lei federal apontados, o que atrai, por conseguinte, a aplicação do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou no sentido de que a “argumentação recursal em torno de normas infraconstitucionais não pode ser meramente genérica, sem o desenvolvimento de teses efetivamente vinculadas a elas e sem a demonstração objetiva de como o acórdão recorrido as teria violado. Incidência da Súmula 284/STF” (REsp n. 1.293.548/SP, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/6/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.442.952/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/2/2017; EDcl no AgRg no AREsp n. 422.103/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 13/10/2014; AgRg no AREsp n. 413.345/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 22/10/2015; e AgRg no AREsp n. 634.545/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 18/5/2015.

Quanto às demais controvérsias, na espécie, aplicável o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão totalmente dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, o que atrai, por conseguinte, o referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: “Verifica-se que o recurso encontra-se deficientemente fundamentado, uma vez que as razões insertas no recurso não permitem a exata compreensão da controvérsia, na medida em que se encontram dissociadas dos fundamentos da decisão agravada, aplicando-se, ao caso, por analogia, o enunciado da Súmula 284/STF” (AgRg no AREsp n. 1.394.624/RJ, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 19/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: EDcl nos EDcl nos EAREsp n. 740.722/SE, relator Ministro Francisco Falcão, Corte Especial, DJe de 14/12/2017; e

REsp n. 1.722.691/SP, relator Ministro Paulo De Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe 15/3/2019.

Quanto à quarta controvérsia, incide o óbice das Súmulas n. 282/STF e 356/STF, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim. Dessa forma, ausente o indispensável requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: REsp n. 1.160.435/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe de 28/4/2011; AgInt no AREsp n. 1.339.926/PR, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 15/2/2019; e REsp n. 1.730.826/MG, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 12/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente